

ORALIDADE E ESCRITA: UMA OU DUAS LEITURAS DO MUNDO?*

Luiz Antônio Marcuschi **

Resumo: *Considerando a escrita como uma forma de representação enunciativa da língua e não uma simples representação da fala, esta análise discute a ainda polêmica tese a respeito dos efeitos cognitivos da introdução da escrita como prática social. Indaga-se se a escrita é, ao lado da oralidade, uma forma de transmissão do conhecimento, ou uma fonte de produção do conhecimento. Até onde se pode aceitar a posição de que a leitura mudou após o surgimento da escrita, particularmente a escrita verbal e na forma alfabética? O que dizer de posições como: "a escrita reestruturou o pensamento e introduziu novas formas de raciocínio"? O que pensar diante de teses como: "povos sem escrita e povos com escrita têm um relacionamento diverso com a sua história"? Será que o domínio da escrita permite desenvolver atividades mentais essencialmente novas no uso da língua? Indivíduos com nenhum ou baixo nível de letramento vêem o mundo de modo diverso do que indivíduos que dominam a escrita com alto grau de proficiência? Por outro lado, em que medida a oralidade oferece formas de apropriação discursiva do mundo que a escrita ignora ou sufoca? A questão é delicada e talvez seja um pseudo-problema, desde que se considere oralidade e escrita como formas complementares de uso social da língua e apropriação do mundo*

Palavras-chave: *escrita; oralidade; leitura; letramento.*

* Conferência pronunciada no 12º COLE, na Unicamp, em julho de 1999, em Campinas, SP.

** Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco.

1. Situando a questão

O título desta exposição traz uma intrigante indagação: *oralidade e escrita: uma ou duas leituras do mundo?* A questão poderia ser traduzida em outra, qual seja: *existem diferenças qualitativas profundas entre o pensamento de indivíduos letrados e não-letrados?* A primeira resposta para essa pergunta pode ser negativa, isto é, oralidade e escrita não constituem dois acessos cognitivos qualitativamente diferenciados em relação às formas de dizer e compreender o mundo. Pois a escrita não tem o poder de fazer emergirem novas formas cognitivas mais elevadas nos povos e culturas que dela se beneficiam. Caso contrário, isto implicaria atribuir à escrita propriedades imanentes que certamente não tem. Contudo, essa resposta não esgota a questão, e a minha exposição não precisa terminar aqui. Relevante, neste caso, não é a resposta, mas sua fundamentação, já que, aparentemente óbvia, essa posição ainda não é consensual. Um dos objetivos desta análise é o aprofundamento do tema.

A dificuldade maior neste caso reside no fato de não dispormos de uma explicação clara sobre alguns dos problemas mais complexos relativos ao nosso desenvolvimento cultural. Ainda não chegamos a resultados satisfatórios quanto à relação entre a sociedade e a mente, e continua um desafio situar as questões relativas às atividades socioculturais como operações intrinsecamente mentais. Como bem frisou Olson (1998: 40-1) em sua obra *O mundo no papel*, embora não seja adequado admitir que a cognição humana tem uma história, podemos dizer que o *conhecimento* tem uma história. Apesar de não termos evidências de que o ser humano mudou cognitivamente, enquanto espécie, desde que passou a ser um *homo sapiens*, há milhares de anos atrás, temos uma história de seus feitos e suas conquistas. Central nesta questão é a idéia de que não podemos tomar a cada vez mais vertiginosa produção de conhecimentos como argumento para a *evolução* da mente humana, pois isto seria falacioso, na medida em que se estaria inferindo causas a partir de efeitos. Seria a falácia do *post hoc, propter hoc*.

Não vou me dedicar aqui à análise do que fazemos quando falamos ou lemos. Não estou preocupado com a atividade como tal, mas com as competências que permitem tais atividades. Com base nessa posição, analisarei a tese central que pode ser assim resumida:

Se é difícil admitir que a cognição tenha uma história evolutiva, muito mais difícil ainda é admitir que uma tecnologia específica, tal como a escrita, em especial a escrita alfabética, tenha conseguido

operar, em menos de cinco anos, uma revolução de tal monta, fazendo evoluir de maneira significativa nossas capacidades cognitivas.

Defenderei a tese de que entre a oralidade e a escrita existem relações bastante complexas, mas não de tal ordem a ponto de se justificar que sejam duas formas totalmente diversas de acesso aos fenômenos mentais e extramentais. Podem ser duas formas de construção e exposição do raciocínio, mas não dois sistemas cognitivos paralelos. Não sou partidário da tese de que o letramento *per se* seja uma “força motora do avanço intelectual”. É pouco provável que a experiência do homem das letras tenha algo mais do que a experiência do homem não letrado, como pretendia Bacon (apud Olson, 1998: 179).

2. A grande divisão

Não parece muito adequado admitir que, após o *homo sapiens*, que assim se tornou quando produziu linguagem e conseguiu elaborar conhecimentos usando signos, distinguindo-se dos demais animais, estejamos hoje na idade de um *homo sapiens alphabeticus*. No entanto, são vários os autores que admitem ter havido uma passagem da fase do que se convencionou chamar de *pensamento mítico* (ou *mágico*) para *pensamento lógico-empírico* (ou *pensamento abstrato*) com todas as conseqüências inerentes. Esta questão é um *topos* muito conhecido na tradição ocidental que desde Platão distingue as culturas em dois blocos: as letradas e as não-letradas, como se isto pudesse identificar a *grande divisão*.

Como ponto de partida, podemos lembrar pelo menos alguns dos argumentos centrais das posições de Jack Goody (1977), expostos na obra *Domesticação do pensamento selvagem*, em que são feitas críticas contundentes aos autores que postularam uma grande dicotomia entre povos ou sociedades com escrita e povos

¹ Em estudo de 1984, *The practice of literacy: where mind and society meet*, Sylvia Scribner (1997: 192) chega a sugerir esta posição na forma de uma indagação. Contudo, a autora não parece partidária de que essa idéia seja correta. No citado trabalho, a autora analisa o povo Vai, que dispõe de uma escrita silábica própria inventada há 180 anos com cerca de duzentos caracteres que se espalhou nas comunidades deste povo (Libéria, na África Ocidental) sem uma escolarização formal. Isto possibilitou à autora observar como a expansão da escrita opera em contextos sociais sem a influência da escolarização formal. Nesse povo, informa Scribner, o gênero textual mais praticado é a *carta pessoal*: A escrita não tem uma ortografia estabelecida e a escrita de cartas se torna um empreendimento colaborativo de consultas mútuas.

ou sociedades sem escrita. O autor sugere serem equivocadas todas as distinções radicais, como as de Levi-Strauss na obra *O pensamento selvagem*, com dicotomias seguidas também por diversos autores, que opuseram:

- *pensamento pré-lógico vs. pensamento lógico* (Levy-Brühl, 1910)
- *pensamento mito-poético vs. pensamento lógico-empírico* (Cassirer, 1944)
- *pensamento selvagem vs. pensamento domesticado* (Levi-Strauss, 1962)
- *racionalidade vs. irracionalidade* (Wilson, 1970)

Estas posições supõem que sociedades sem escrita seriam sociedades com características cognitivas e operacionais totalmente diversas do que sociedades com escrita. Para Goody (1977), tais dicotomias postulam características diferenciais para o pensamento e sociedades com e sem escrita do tipo (nos termos de Levi-Strauss):

- primitiva vs. avançada
- simples vs. complexa
- em desenvolvimento vs. desenvolvida
- tradicional vs. moderna
- concreta vs. abstrata
- fechada vs. aberta
- ritual vs. racional

E assim por diante. O grande problema de todas essas dicotomias é serem ingenuamente fruto de uma visão linear da história como cumulativa e progressiva.² Faltam-lhes dialeticidade e dinamismo. O certo é que a história não é linear nem homogênea. Além disso, não podemos eleger algum aspecto, mesmo que central, a partir do qual determinamos todas as demais categorias classificatórias. Aspecto altamente nefasto é a visão etnocêntrica a que quase todas as dicotomias nos submetem quando as aceitamos e passamos a falar em coisas como “a passagem do

mito à história”, ou “a passagem da magia à ciência”. Para Goody (1977:18), isto nos torna vítimas do que ele chamou de “binarismo etnocêntrico”.

A dicotomia que pretendo superar nesta exposição é a representada pelo binômio “sociedades letradas vs. sociedades iletradas”, que não encontra respaldo empírico quando pensamos à margem das dicotomias estritas. Melhor do que tomar as dicotomias como fatos empíricos, talvez seja seguir a sugestão do próprio Goody (1977: 53-4) de admiti-las como variáveis no sentido matemático do termo, observando como se dá a produção do conhecimento e sua transmissão em sociedades que dispõem da escrita e que não dispõem dela. Tomando oralidade e escrita como duas *variáveis* e não como propriedades, estaremos em condições de analisar as operações cognitivas dos mais diversos povos e sociedades sem atribuir-lhes aprioricamente algum tipo de característica avaliativa.

Num segundo momento, observamos que a *noção de leitura* passou por diversas fases ao longo dos últimos dois milênios e que sua história não é linear. Também constatamos que a escrita trouxe para a língua um sem-número de metáforas e sugestões interpretativas, entre as quais a mais importante foi a de *ver a natureza como um livro aberto* – um livro escrito por Deus, segundo os medievais –, que podíamos ler e interpretar com instrumentos fornecidos pelas ciências.

Por fim, estaremos em condições de afirmar com certa segurança que a oralidade e a escrita são *modos complementares de tratar e compreender o mundo* e não duas atividades essencialmente diversas a ponto de podermos imaginar que quem não dispõe da escrita não dispõe de alguns recursos mentais que os letrados conseguiram atingir. A diferença entre quem opera com a escrita e sem a escrita, de modo especial no mundo de hoje, é a desigualdade nas possibilidades de acesso aos conhecimentos e suas benesses, o que traz, de fato, conseqüências tanto no plano social como individual, segundo mostra Van Dijk (1998). Mas este é um problema sociopolítico e não um problema cognitivo, e assim identificamos nossos maiores problemas não nas faculdades cognitivas, mas na nossa forma de lidar com a *questão ética*.

² A rigor, não se pode dizer que Levi-Strauss seja vítima de uma visão dualista ingênua, pois ele não era partidário de uma teoria do desenvolvimento cognitivo de povos primitivos para povos desenvolvidos. Ele não chegou a postular duas formas cognitivas diversas, mas sim dois níveis diversos de acesso estratégico ao domínio científico da natureza.

3. As muitas escritas e as muitas leituras

A escrita desenvolveu um percurso muito complexo desde o quinto milênio antes de nossa era até hoje e não podemos dizer propriamente que tem *uma* história, pois ela foi descoberta em vários lugares e várias vezes independentemente, como mostram os estudos dos mais diversos analistas do assunto.³ Além disso, não há uma escrita única, sendo necessário sempre ter muito claro a que tipo de escrita nos referimos quando falamos em 'escrita'. Também não é adequado considerar que algum tipo de escrita preencha condições ideais e que outro tipo não é útil da mesma maneira.

Isto não significa que é indiferente usar a escrita cuneiforme ou a escrita alfabética, ou que a escrita ideogramática (ou ideográfica) apresenta exatamente os mesmos recursos que a alfabética. O problema é situar cada uma em seu contexto e distinguir entre uma teoria da escrita e uma história das diversas formas de representação escrita enquanto sistemas semiológicos particulares.⁴

O mesmo se poderia dizer da oralidade, ou seja, a língua falada não tem uma história, mas cada língua tem uma história particular de sua fala. A sociolinguística comparativa mostra que as mudanças linguísticas não seguem os mesmos rumos em todas as línguas. A própria variação é variável. A fala enquanto tal é uma propriedade da espécie humana e se manifesta como fruto de uma atividade cognitiva. A língua vai se desenvolvendo na medida da necessidade que temos de lidar com o mundo e com os conhecimentos que vão sendo produzidos pelos seres humanos.

Parece apropriado dizer que o aumento dos conhecimentos não representa uma melhora ou mudança das faculdades cognitivas, pois temos que distinguir entre *capacidades cognitivas* e *conhecimentos* efetivos. O desafio maior é tentar explicar as *atividades cognitivas* como intrínsecas às nossas *faculdades cognitivas* e não como efeitos ou decorrência de desenvolvimentos incidentais de nossos

³ Vejam-se as observações de Scribner (1997: 162), quando lembra que a escrita foi inventada em vários lugares e várias vezes de forma independente. Ou então Olson (1998) que sugere ter sido a escrita descoberta em muitos momentos sem o menor contato entre os povos que a propuseram. Não se pode, portanto falar numa "história evolutiva" da escrita.

⁴ Quanto a isso, chamo atenção para a posição teórica de Harris (1995: 27), que sugere uma distinção entre:

(a) uma teoria da comunicação escrita, (b) uma teoria do signo escrito e (c) uma teoria dos sistemas de escrita. As diferenças entre os diversos sistemas de escrita são diferenças semiológicas nos sistemas de representação, mas não diferenças teóricas relativas ao fenômeno escrita.

conhecimentos. Esta será a linha argumentativa seguida aqui, quando se postula que a relação entre cognição e conhecimento não é a de causa e efeito, já que isto nos remeteria a um círculo vicioso na investigação.

No geral, temos a idéia de que quando nos referimos à escrita, temos em mente apenas a escrita foneticizada, algo assim como uma escrita alfabética.⁵ Hoje já se defende a tese de que *todas as escritas são mistas*, isto é, mesmo as escritas tipicamente ideogramáticas como a chinesa têm um componente fonológico. Igualmente as escritas alfabéticas como a que usamos têm um componente ideográfico.

Com a entrada do computador isso está se tornando cada vez mais comum. Se dermos uma olhada nas escritas produzidas hoje nos ditos textos internetianos, de "conversas" telefônicas *on line* pelo computador, teremos a surpresa de que cerca de 20% dos elementos utilizados para a comunicação escrita são ideográficos. Vejam-se as carinhas e os gestos reproduzidos com convenções que não têm características alfabéticas. O mesmo pode ser dito de boa parte dos textos publicitários.

Aspecto relevante para o tratamento da leitura na relação com a atividade da escrita e a oralidade é o que diz respeito à noção de língua. No geral, nossa idéia de língua é bastante ingênua e imaginamos que a língua seja um tipo de instrumento útil para comunicar idéias e informações. Contudo, a questão é bem mais complexa e não podemos admitir a posição que toma a língua como um simples instrumento de representação. Aliás, o próprio termo "representação" é hoje muito discutido, pois não há identidade entre o que se chama de *representação conceitual* (mental) e a *representação semântica* (linguística), tal como vem sendo debatido na linguística cognitiva.

Convém indagar-se o que é que as palavras representam, ou seja, o que é que fazemos quando usamos a língua. O que é que fazemos quando lemos um texto ou ouvimos alguém falando. Em relação a isso, não há uma resposta única. Através da história a resposta foi variando desde a noção de que as palavras eram os nomes verdadeiros das coisas, como se lê na primeira parte do *Crátilo* de Platão, até a noção de que as palavras eram convenções e representavam não as coisas mas as idéias, na segunda parte da mesma obra de Platão.

⁵ Scribner (1997: 162) lembra que as primeiras escritas não tinham nada a ver com a fala, ou seja, a motivação para a escrita foi independente de uma representação da língua falada, pois estas escritas primeiras não eram escritas foneticizadas. Essas escritas eram sistemas de comunicação completamente independentes da fala.

Não é este o lugar para desenvolvermos uma reflexão sobre essa rica história das noções de linguagem e língua através dos tempos. O certo é que se adotarmos a posição de que as línguas representam o mundo, teremos dificuldades para lidar com a diversidade das línguas sem cairmos num relativismo fácil e empiricamente inadequado. As línguas não são formas de retratar o mundo, mas de tratar o mundo. Por isso, deve-se ter cautela diante das posições conhecidas como relativismo lingüístico na forma sugerida pela hipótese-Sapir-Whorf ou então na postulação humboldtiana.

É interessante observar a diferença que faz entre dizer que:

- a) *a palavra é a própria coisa* e por isso pode ser verdadeira,
- b) *a palavra representa a coisa* e por isso a verdade não está na palavra,
- c) *a palavra é uma operação sobre a coisa* e por isso a verdade é uma relação.

Proponho que se veja a língua como *trato* e não como *retrato* da realidade. Ou seja, a língua não é uma representação da realidade, mas uma relação que estabelecemos com nossas idéias da realidade. Esse aspecto é importante porque vamos admitir que a língua é uma *atividade* cognitiva, social e historicamente constituída. Em conseqüência, os textos passam a ser *eventos*, ou acontecimentos discursivos socialmente situados. Não analisamos propriamente *usos* da língua e sim *práticas sociais*, quando trabalhamos discursos.

Observando mais de perto essa questão na sua relação com outros aspectos das práticas discursivas, vamos descobrir que a história da leitura se confunde em boa medida com a história das noções de língua e das noções de verdade. Isto vem sendo cada vez mais investigado e as conclusões a que se tem chegado hoje são importantes em suas conseqüências diretas para o próprio trabalho com a leitura em sala de aula.

4. As invenções sociais e o desenvolvimento cognitivo

Em artigo do final dos anos 60, a psicóloga social Sylvia Scribner (1997: 160) indaga-se quais são as relações entre as invenções sociais e o desenvolvimento cognitivo. Não se trata propriamente de invenções do tipo da roda, do machado ou

do computador, mas de invenções tais como o número zero, a marcação das horas e dos minutos, os calendários e a escrita.

À primeira vista, parece muito plausível admitir a idéia de que uma invenção que permite melhor desenvolver o conhecimento também deverá permitir o melhor desenvolvimento da mente. Daí a tese de que invenções importantes para o desenvolvimento do conhecimento conduzem ao desenvolvimento da mente humana, segundo lembra Scribner (1997: 161). Com base nesta sugestão, a autora indaga-se quais teriam sido as conseqüências da introdução da escrita no desenvolvimento cognitivo da humanidade.

Não há dúvida, como observa a autora, de que nas sociedades nas quais foi sendo introduzida a escrita, verificou-se um aceleração no desenvolvimento da agricultura, do comércio, das formas de governo, e da tecnologia em geral. Foi essa "co-incidência" do desenvolvimento da escrita com o desenvolvimento tecnológico que levou muitos estudiosos a demarcar as sociedades entre primitivas e complexas, isto é, sem escrita e com escrita, datando a "grande ruptura" a partir do surgimento da escrita que demarcaria o surgimento da "civilização".

Certamente, a escrita foi e continua sendo, em muitos casos, um instrumento de dominação e imposição dos letrados sobre os demais. Ela operou e opera como um instrumento de segregação e demarcação de desigualdades, de modo que suas conseqüências são diversificadas. Não é de esquecer que a escrita é, além de outras coisas, um instrumento de poder e dominação. Essas teses foram muito bem exploradas por Graff (1987) em sua obra *The legacies of literacy*, na qual as "continuidades e contradições" da escrita nas sociedades ocidentais são passadas em revista para concluir que não há coincidência ou biunivocidade entre progresso e letramento.

Tudo isto sugere que não se pode ter uma visão unitária e linear da escrita como um conjunto de valores unidirecionais. Ainda hoje existem diferenças profundas na forma de ver as virtudes da escrita e não há uma visão consensual quanto a isso. Graff (1987), por exemplo, mostra em seus estudos sobre os "legados da escrita" que a história da alfabetização e do letramento dos povos não acompanha linearmente a história do desenvolvimento desses povos. Basta ver a situação da Suécia pobre e plenamente alfabetizada no final do século XIX em oposição a uma Inglaterra desenvolvida e bem menos alfabetizada na mesma época.

Ao analisar a "a escrita e as revoluções conceituais da Grécia Clássica e da Europa Renascentista", Olson (1998: 67) afirma que

o que os gregos inventaram não foi a argumentação, mas as idéias sobre a argumentação; não exatamente o conhecimento, mas sim uma epistemologia que comportava um conjunto de categorias ou conceitos para "representar" as formas da argumentação – os conceitos de lógica, prova, pesquisas e magia.

Quanto a isso, é interessante notar que a explicação mágica dada por um povo sem escrita para o eclipse solar e a explicação "científica" dada por nós hoje para o mesmo fenômeno não são fruto de formas de expressão abstrata *versus* concreta, ou do pensamento mítico *versus* pensamento lógico, mas teorizações em níveis diversos de acordo com a disponibilidade de conhecimentos empíricos. Pense-se nas teorias astrofísicas de hoje e suas tentativas de explicar a origem do universo. Qual a plausibilidade das teorias do *Big Bang* inicial ou a explicação para o *buraco negro* que os físicos vislumbram no universo?

Olson (1998: 70) lembra que ao longo do período medieval foram surgindo novas práticas no uso da escrita e dos inventos sucessivamente registrados. Assim, por exemplo, diz ele que no final da Idade Média

O testemunho sob juramento foi substituído pelos documentos escritos, o estudo privado tomou o lugar da execução pública, a leitura silenciosa substituiu a leitura em voz alta...

De igual modo, lembra Olson (1998: 71), a propósito das práticas jurídicas, que,

No campo judicial, a expansão do uso de documentos escritos, em vez de testemunhos orais, pode ter contribuído para o desenvolvimento de métodos mais precisos para examinar a evidência e formar juízos. Contudo, o uso mais freqüente dos registros escritos para fins de levantamentos, listas de cargos e crônicas, foi antes "uma indicação da eficiência governamental do que uma causa".

Contudo, uma observação mais acurada e uma interpretação desses fatos todos não aponta para uma mudança cognitiva, ou uma melhora nas formas de raciocínio e sim da eficácia dos novos instrumentos. É assim que Street (1984), citado por Olson (1998: 71), "sugere que essas mudanças tiveram muito menos a ver com a eficiência e a efetividade dos registros escritos do que com as mudanças políticas que estavam correndo." Isto significa que não podemos atribuir à escrita

certas virtudes que são fruto de nossas interpretações reducionistas do fenômeno sociohistórico.

Em famoso estudo de Goody e Watt (1963), os autores defendiam a tese de que a introdução da escrita na Grécia tinha conduzido à superação do mito pela história e teria também propiciado o surgimento da lógica formal. A escrita teria sido a responsável pelo desenvolvimento do raciocínio lógico e, em última análise, por uma forma totalmente nova e diferente de ver e analisar o mundo. Esta tese é hoje contestada inclusive sob o seu aspecto histórico e não apenas cognitivo, tal como mostra Ken Morrison (1995) ao analisar o percurso histórico do "estabelecimento do texto". Para o autor, trata-se de uma visão equivocada imaginar que os gregos, pelo simples fato de se servirem da escrita alfabética, tenham de maneira surpreendente também desenvolvido tudo o que hoje atribuímos à lógica formal. Na realidade, os gregos serviram-se da escrita para assentar os conhecimentos, mas não construíram esses assentamentos na forma de textos com a mesma constituição que o fazemos hoje.

As teses de Goody & Watt desencadearam uma intensa discussão que não deverá ser aqui reacesa, pois sugeriam que a escrita teria sido a responsável pelo surgimento de formas cognitivas qualitativamente diversas das que havia antes. Em especial, a partir da escrita alfabética, tal como praticada pelos gregos. Atualmente, Goody afasta-se bastante dessas posições iniciais e já revê a maioria dessas posições.

É interessante notar, como o faz Harris (1995: 14-5), que os interesses dos diversos cientistas em relação à escrita variam precisamente neste aspecto. Os historiadores, por exemplo, interessam-se pela escrita enquanto formas (hieróglifos, ideografias, alfabeto), ou técnicas (tabuinhas, papiros, caneta, tinta), ou seja, preocupam-se com o produto material e não com as funções ou o papel da escrita na sociedade. Já os psicólogos preocupam-se com o aspecto mnemônico da escrita, ou seja, sua função de memória da cultura e sua relação com a memória na fala; interessam-lhe os aspectos da aquisição da escrita em relação à sua função psicológica na sociedade. Os antropólogos indagam-se com maior insistência sobre a função da escrita e suas conseqüências sociais, políticas e intelectuais. Estão interessados na questão da relação entre povos com e sem escrita para observar as diferenças típicas quanto à cognição. Já os linguistas interessam-se por estabelecer uma teoria da escrita e explicitar o que lhe é peculiar enquanto sistema de representação da língua na relação com a representação sonora. Buscam analisar a relação que há entre os diversos sistemas de escrita com a língua e preocupam-se em determinar quando podemos falar ou não de um sistema de escrita como tal.

Não há como negar que do ponto de vista social a escrita trouxe novos produtos culturais e novos sistemas intelectuais para explicação dos fenômenos; e sob o aspecto individual possibilitou novas formas de conceituação e apropriação do conhecimento (Scribner, 1997: 161). Contudo, é mais difícil aceitar tese similar e mais incisiva defendida por Walter Ong (1982) e de modo especial em 1992, formulada no título *A escrita é uma tecnologia que reestrutura o pensamento*. Essa tese foi totalmente revista por Olson (1998) em seu livro *O mundo no papel*.

Sabemos que entre pensamento e linguagem existem certas relações muito complexas, mas não uma identificação, assim que não se pode afirmar ser impossível pensar sem linguagem, mas também não se sabe ao certo qual seria a forma de manifestação do pensamento sem linguagem. Seja como for, o problema aqui não é a relação entre linguagem e pensamento, mas entre a escrita e a cognição. Queremos saber se a escrita melhorou ou não o nosso sistema cognitivo. Será que povos sem escrita têm um sistema cognitivo menos desenvolvido do que os povos com escrita? E no plano individual, será que um indivíduo letrado tem condições essencialmente diversas do que um indivíduo iletrado em relação ao pensamento?

Isso se liga ao nosso tema central na medida em que uma resposta positiva a essa indagação nos permitiria dizer que através da escrita “lemos” ou “percebemos” o mundo de uma maneira cognitivamente diversa do que se não a tivéssemos. Isto não deixa de ser intrigante, mas é provavelmente inadequado sob o ponto de vista epistemológico, já que toma o efeito pela causa, tal como afirmado acima.

5. Oralidade e escrita: duas atividades complementares

Para Bloomfield (1927) – e muitos outros –, a escrita seria uma “representação da fala” e como tal derivada e dependente da língua falada. Esta posição é hoje largamente contestada, pois a escrita não é uma simples representação da fala e sim uma representação complementar com relativa autonomia semiológica (o que não sugere autonomia cognitiva). A fala e a escrita são formas complementares de representação da língua e não derivadas uma da outra. Não vamos discutir aqui este aspecto, pois ele parece bastante consensual na atualidade. Mais importante do que isto é a identificação dos aspectos característicos de cada uma das duas modalidades e se no caso da escrita existem alguns fatores determinantes que conduziram a uma nova *forma mentis*.

Afirmo acima que todas as escritas são mistas e que não há uma escrita alfabética pura nem uma escrita ideográfica pura. Agora gostaria de defender a tese

de que assim como a escrita alfabética (ou foneticizada) não é uma representação da fala, de igual modo nossa leitura de uma escrita alfabética não é uma simples leitura de elementos alfabéticos. Lemos, enquanto leitores maduros, de uma forma holística, ou seja do ponto de vista da atividade mental, nossa leitura é *cognitiva* e não alfabética. Pode-se dizer, pois, que de certo modo lemos ideogramaticamente e não alfabeticamente. É assim que nossa leitura de marcas de produtos, nomes em locais públicos e muitos outros elementos escritos de grande presença no dia-a-dia são “lidos” como se fossem imagens e não escrita alfabética. Com isto já entramos num novo patamar de observação e não lidamos mais simplesmente com a escrita, mas com o fenômeno do letramento como prática sociocognitiva.

Cognitivamente, é importante ter em mente que a escrita é corporificada na forma *visual* e que a oralidade na forma *sonora*, sendo a percepção diversa nos dois casos. O que isto tem a ver com o processamento cognitivo ainda não está de todo esclarecido, mas tem influência. Sob o ponto de vista das línguas individuais, como observa Scribner (1997: 166), isto tem diferenças sensíveis, pois em algumas línguas, como o francês contemporâneo ou o inglês atual, a escrita está morfológicamente muito mais distante da fala do que a escrita do português ou espanhol contemporâneos. A própria relação com espaço e tempo é muito diversa na fala e na escrita. Por outro lado, as relações do indivíduo com a produção escrita e a produção oral são muito diversas, seja na formulação ou na recepção.

Contudo, não parece muito verdadeira uma outra diferença apontada por Scribner (1997: 167) entre fala e escrita, isto é, que a escrita é uma “objetivação ou externalização do pensamento”. Isto pode ser dito também da fala, sendo que a questão da durabilidade e distanciamento (na escrita) *versus* a fugacidade e proximidade (na fala) em consequência do meio utilizado é *incidental* e não essencial na relação com o pensamento.

De igual modo, não parece adequado afirmar que a escrita é uma “simbolização de segunda ordem” (Scribner, 1997: 169) e, como tal, uma representação do pensamento mais abstrata do que a oralidade. Pois isto subentende que a escrita seja uma representação do oral. Ou seja, a fala seria uma representação primeira do pensamento (como um tipo de “discurso interior”, de acordo com Vigotsky) e a escrita uma representação segunda porque estaria representando a fala.⁶ Talvez isto seja adequado

⁶ Esta é também uma posição que vinha sendo defendida por Vigotsky, embora no caso de Vigotsky isto seja bem mais complexo, pois ele vê esta questão no contexto da aquisição e não no do uso de um escritor e leitor maduros. Por outro lado, para Vigotsky há uma questão

para descrever o processo de aquisição da escrita, em que nesse período o indivíduo age como se estivesse “traduzindo” símbolos sonoros (fonemas) em símbolos gráficos, o que não é o caso do leitor maduro.

Creio ser mais adequado dizer que a escrita é um modelo de representação da língua, ou seja, a escrita torna a língua analisável em unidades idealizadas e discretizadas.⁷ Neste caso, nossa visão da fala é que seria derivada de um modelo de escrita e não o contrário.⁸ A fala não se dá por unidades discretas e sim por um contínuo sonoro, de modo que é a escrita quem sugere unidades segmentais para a língua. Neste caso a escrita não capta as realizações supra-segmentais tais como a entoação e outros aspectos. A idéia de Vigotsky de que o “discurso interior” é mais compacto e o discurso oral é mais elaborado que o interior, sendo o discurso escrito plenamente elaborado, supõe a possibilidade de analisabilidade e decomponibilidade do discurso interior, o que não é uma pura hipótese sob o ponto de vista empírico. O problema é que a análise vigotskyana é feita de trás para frente e a simbolização segunda (a escrita) serve de modelo para interpretação da oralidade e do discurso interior.

Se analisarmos os primeiros escritos gregos que restaram dos séc. IV e III a.C., veremos que ali as palavras estão todas escritas sem separação entre elas e sem pontuação. Não há a noção de linha, de parágrafo ou de unidade segmental, como bem mostram as análises de Morrison (1995). Tomo isto como um segundo argumento contra a posição de Vigotsky para dizer que não podemos afirmar que no caso da oralidade agimos de forma “inconsciente e espontânea”, sendo que no caso da escrita agimos de forma “consciente e deliberada”.

No meu entender, há um equívoco muito grande em considerar a escrita ou a fala como sistemas de comunicação. Pois em ambos os casos temos apenas meios e tecnologias diversas para produzir a comunicação lingüística como prática social. A

interessante, pois ele sugere que a escrita tem uma relação muito mais consciente com o “discurso interior” do que a oralidade. Nós oralizamos nosso “discurso interior” de maneira mais automatizada, o que não ocorreria com a escrita. Vigotsky chega a afirmar que “a gramática do pensamento não é a mesma nos dois casos” (da oralidade e da escrita). Para ele, “o discurso interior é discurso condensado, abreviado. O discurso escrito é desenvolvido em toda sua extensão e mais completo que o discurso oral.” (1962: 99) Creio que valeria a pena uma reanálise dessas posições de Vigotsky.

⁷ Poderíamos aventar aqui a hipótese de que isto permitiu o surgimento do estruturalismo na forma como o conhecemos hoje em dia.

⁸ Esta questão é minuciosamente tratada por Olson (1998).

língua é que é, entre outras coisas, um sistema de comunicação, sendo que ela é mais do que tudo um sistema cognitivo, isto é, uma forma social de organizar e expressar o mundo.

6. O que a escrita e fala fazem

Como sabemos, desde os anos 20 deste século, muitos investigadores vêm se indagando de forma sistemática sobre as virtudes da escrita diante da oralidade. Não há consensos nesta questão e todas as tentativas de resposta são hoje mais do que nunca controversas. Alguns pontos de vista que já foram defendidos com certa intensidade podem hoje ser descartados. Em especial os aspectos que sugerem ter sido a escrita a responsável pelo surgimento do raciocínio abstrato e de uma mentalidade tipicamente científica, tal como lembrei no início desta exposição.

No trabalho de Scribner (1997: 171) aqui citado, a autora levanta duas hipóteses que gostaria de comentar, pois são largamente difundidas e pouco analisadas. São elas:

Hipótese 1: o letramento move o pensamento para um novo nível conceitual. A escrita muda a relação entre a palavra e o pensamento. Ao dar à língua uma forma corporal, a escrita providencia pensamento com palavras-objetos para manipular. Podemos supor que o pensamento baseado na manipulação das palavras-objetos atingirá um nível conceitual muito mais distanciado do mundo físico das coisas do que é possível ao pensamento oral.

Hipótese 2: o letramento move a atividade de pensar do nível espontâneo para o nível consciente. Leitura e escrita são atividades controladas conscientemente que requerem consciência do próprio processo de pensamento, tal como na tradução do “discurso interior” para uma forma externa. Níveis de proficiência mais altos na leitura e na escrita facilitam o desenvolvimento do pensamento reflexivo – pensamento que pensa sobre si mesmo e pode dar conta de si. Outra maneira de dizer isso é que o indivíduo adquire a habilidade de produzir o ato de pensar a si próprio como objeto do pensamento.

Em suma, para Scribner, a escrita desencadeia e propicia um aumento da capacidade cognitiva produzindo algo assim como um pensamento de categoria

mais alta. Será isto sustentável? Hoje, trinta anos depois de defendidas pela primeira vez, estas posições nos parecem muito estranhas após os argumentos que desenvolvi acima. De fato, elas revelam uma confusão entre causa e efeito e acabam produzindo uma argumentação em círculo. Nada do que se faz no discurso escrito deixa de ser possível de fazer também no discurso oral. É provável que estejamos aqui diante de um equívoco categorial.

Scribner (1997: 172) afirma que a antropologia e a psicologia do desenvolvimento corroboram suas duas hipóteses de uma diferença qualitativa entre o "pensamento letrado" e o "pensamento não-letrado". Para a autora, isto não equivale a dizer que povos sem escrita seriam cognitivamente inferiores do que os povos com escrita, ou que os povos ditos "primitivos" teriam uma mentalidade infantil. Para ela, trata-se apenas de dizer que "os produtos mentais de culturas humanas com e sem escrita são *predizivelmente* diversos" (p. 172). Na realidade, a autora não postula que se trata de diferenças na capacidade cognitiva, mas sim que, caso se comprovassem as duas hipóteses,

a existência de um sistema de língua escrita (provavelmente a par de outros sistemas tecnológicos) relaciona-se a mudanças na maneira como se *utiliza* a capacidade mental. (p. 172)

Creio que todo o equívoco de Scribner esteja precisamente no fato de ela buscar a argumentação na psicologia do desenvolvimento. Assim, mesmo com a ressalva de que tudo isso só seria defensável após uma verificação empírica em povos diversos tendo isolado as variáveis correspondentes, a autora não deixa de incorrer, em suas duas hipóteses, na falácia de atribuir à escrita os "efeitos causais" por ela negados.

7. A leitura do mundo pela escrita e pela oralidade

Não temos como negar que o conhecimento hoje é maior e diferente do que aquele que havia há dois ou três mil anos atrás. Mas isto se deve a descobertas e invenções de múltipla natureza e não a poderes da cultura letrada. O conhecimento se dá mediante uma atividade de relacionar fatos, dados, observações e mediante asserções sobre esses fatos, dados e observações. Isto quer dizer que o conhecimento se dá como resultado de operações simbólicas complexas. Temos de distinguir entre o *conhecimento* enquanto tal e a *cognição* enquanto tal.

Parece inadequado postular que a escrita favorece o surgimento do pensamento lógico e abstrato que não existiria em culturas iletradas. O certo é que o raciocínio lógico e abstrato existe em todas as culturas, pois todas elas sempre classificaram os seres animados e as coisas inanimadas, bem como os fatos sociais, como a questão do parentesco em sistemas internamente coerentes. O fato de essas classificações não coincidirem com as nossas é um problema para nós e não para eles. E neste caso, não podemos simplesmente inferir que lemos hoje o mundo pela atividade da escrita com outras categorias ou com mais abstração do que quem não possui a escrita.

Suponhamos que alguém deva observar um dado fenômeno da natureza, tal como uma ameiba. Certamente que uma observação com um microscópio dará uma imagem muito mais nítida e produzirá uma "leitura" mais acurada do fenômeno. Mas nem por isso seria razoável dizer que o microscópio aumentou nossa capacidade cognitiva diante dos fenômenos microscópicos. O mesmo ocorre com a observação telescópica. Duas invenções que levaram a grandes revoluções científicas em sua época.

Povos sem escrita tiveram um conhecimento objetivo da natureza e distinguiram os efeitos de certos elementos da natureza em relação a outros. Houve uma medicina natural muito bem explicitada, houve conhecimentos de astronomia e de matemática, bem como sistemas de cálculo altamente complexos. Não temos hoje notícias de todos esses conhecimentos porque não houve uma *transmissão escrita* dos mesmos, mas isso não nos autoriza a dizer que tais conhecimentos não existiram. O próprio Levi-Strauss admite que as culturas sem escrita e ditas "primitivas" tiveram sistemas de classificação altamente complexos que exigiram atividades mentais de abstração muito elevada para sua elaboração.

Diria que Levi-Strauss em sua obra sobre o "pensamento selvagem" agiu na perspectiva interpretativa legada pelo positivismo e julgou os povos mais longínquos e ágrafos num quadro etnocêntrico típico para os pensadores dos anos 30-50 do século XX. Contudo, em prol de Levi-Strauss, devemos ressaltar que ele não postulou serem os povos ágrafos irracionais. Admitiu que seus sistemas de classificação altamente especializados em alguns casos refletiam um enorme potencial de abstração pela capacidade que tinham de *generalizar* e *diferenciar*. E como sabemos, a *generalização* e a *diferenciação* são duas propriedades fundamentais na caracterização do pensamento abstrato. Com isso, Levi-Strauss admitia um pensamento abstrato, distanciado da simples sensação física imediata no caso dos povos ditos "primitivos". Mas é bom lembrar que o simples fato de generalizar não implica necessariamente abstração.

Veja-se que a própria atividade enunciativa já exige algum tipo de generalização, pois em não tendo um nome para cada coisa, os nomes genéricos procedem de alguma atividade generalizadora. Não é possível pensar e expressar o pensamento sem generalizar ou usar algum nível de abstração simbólica, por mais elementar que seja. O simples fato de elaborarmos categorias para dizer o mundo já é uma atividade altamente abstrata e cognitivamente complexa.

Tomemos o caso da *metonímia*. Não se trata de uma atividade de abstração e sim de uma atividade cognitiva que busca produzir relações de contigüidade, similaridade, parte-todo, efeito pela causa etc. A própria atividade de criação de *metáforas* pode, em muitos casos, ser tida como uma atividade cognitiva não necessariamente fundada em processos de abstração.

Também não é correto afirmar que a noção de *metalinguagem* só teve lugar após o surgimento da escrita. Pois a atividade metalingüística é inerente a toda e qualquer atividade lingüística. Basta observar nossa atividade de citação e introdução de citação de falas alheias que já vamos encontrar uma série de elementos metalingüísticos típicos.---

Em suma, como bem observa Scribner (1997: 177-8), *abstração e generalização* não são propriedades cognitivas úteis para distinguir pensamento mítico e científico. De resto, é bom lembrar que a linguagem de um modo geral constitui um sistema cognitivo que procede naturalmente pelo distanciamento da própria realidade, independentemente da concepção de língua que se tenha. As operações de natureza lingüística serão naturalmente de distanciamento da realidade extramental pelo simples fato de serem atividades simbólicas com sistemas semióticos.

Pode-se supor que nunca houve de fato confusão explícita entre o nome e a coisa como se diz comumente dos povos sem escrita. O problema não reside neste nível e sim na identificação explícita e teórica do fato. Devemos, pois, distinguir entre a atividade e nosso conhecimento e consciência explícita do que estamos fazendo. E neste caso temos as mais variadas teorias, sendo umas mais e outras menos explicativas ou explícitas.

8. O papel da escola no uso da escrita

Uma última observação que pretendo aqui fazer diz respeito ao milagroso papel da escola no que tange à modificação da qualidade cognitiva de certos povos, como por exemplo os Wolof, um povo do Senegal, na África ocidental. Scribner

(1997: 184-5) diz, seguindo sugestões de Vigotsky e Piaget, que as crianças escolarizadas dos Wolof diferiam em suas capacidades cognitivas muito mais em relação às crianças Wolof da área rural do que das crianças escolarizadas americanas e suíças. Mesmo que seja empiricamente verdadeiro, isto não comprova nada, além de simplesmente confirmar que se está agindo etnocentricamente ao tomar uma cultura como superior a outra na comparação baseada num adestramento. Scribner cita uma conclusão de Price & Williams (1961) que afirmam, textualmente:

Crianças Wolof da zona rural expostas a um certo conjunto de influências culturais, nomeadamente a escola, diferem mais de outras crianças Wolof da zona rural crescidas sem escolaridade do que das crianças europeias. (p. 185)

O comentário de Scribner a estas afirmações é ainda mais espantoso e merece ser aqui repetido:

A natureza qualitativa da diferença entre escolarizados e não-escolarizados descrita pelos investigadores é de especial interesse porque ela afina de modo muito estreito com nossas hipotetizadas diferenças entre pensamento letrado e não-letrado. (p. 185)

A propósito, lembra Scribner (1997: 185) que uma indagação como:

Porque você *pensa* que este copo tem (mais) ou (a mesma quantidade) de água do que este?

só era entendida se fosse substituída por esta outra no caso dos Wolof não-escolarizados:

Porque este copo *tem* (mais) ou (a mesma) água que este?

Este pródigo exemplo conduz Scribner à conclusão de que "a criança Wolof não escolarizada não tem condições de distinguir entre seu próprio pensamento ou uma afirmação sobre algo e a própria coisa" (p. 185). Neste caso, tudo indica que "*pensamento e objeto do pensamento seriam tidos como sendo a mesma coisa*". Isto permite à autora concluir que o pensamento reflexivo é fruto de um treinamento

escolar que leva o indivíduo a distinguir entre as coisas e suas opiniões sobre as coisas. Com efeito, a conclusão última disto seria que uma educação formal levaria a distinguir entre o mundo e minhas idéias sobre o mundo.

Na realidade, o que Scribner e todos os demais psicólogos do desenvolvimento dizem é que uma criança escolarizada pensa como uma criança escolarizada e uma criança não escolarizada pensa como criança não escolarizada, mas com uma diferença: a escolarizada tem um pensamento racional e reflexivo e a outra não o tem. Isto pode ser visto na observação de Bruner (1967: 315) citado por Scribner (1997: 186): "A escolarização parece ser o fator singular mais poderoso que já encontramos para a estimulação da abstração".

Como se pode observar, esta conclusão é preocupante e convida a imaginar que a escola é um meio de desenvolvimento cognitivo não apenas individual, mas filogenético, ou seja, a escolarização veio possibilitar seres cognitivamente mais desenvolvidos na relação com seres cognitivamente subdesenvolvidos. Esta é uma das "heranças piagetianas" tão caras a muitos cognitivistas.

No entanto, um estudo levado a efeito no Recife, há alguns anos atrás por pesquisadores da Psicologia na UFPE (Carragher et al., 1982), intitulado *Na vida dez, na escola zero*, mostrava que crianças não escolarizadas sabiam lidar e muito bem, talvez melhor que as escolarizadas, com o uso do dinheiro em condições reais da vida cotidiana. A escola não ensina isso, ou seja, não repassa essa tecnologia para as crianças, daí não dominarem a tecnologia do uso da moeda no dia-a-dia.

Gostaria de concluir sugerindo que não parece conveniente postular uma hipótese forte que divide a humanidade em duas metades: a que se apropriou da escrita e a que não se apropriou da escrita e atribuir a uma dessas metades qualidades cognitivas que a outra não tem. Pois isto corresponderia à posição de atribuir à própria escrita propriedades mágicas de desenvolvimento cognitivo, quando na verdade o que está havendo é apenas o incremento de conhecimentos de um dado formato, ou seja, o formato lógico.

As observações feitas por Scribner em povos e crianças como os Wolof e os Vai ou os siberianos observados por Lúria e Vigotsky ou outros vistos por Bruner, Piaget e demais psicólogos do desenvolvimento não atestam absolutamente nada em relação à incapacidade de povos ágrafos pensarem logicamente. Mostram apenas que esses povos não possuem a nossa maneira de raciocinar e que nisso diferem de nós, mas não comprovam que não tenham um tipo de raciocínio abstrato,

reflexivo e lógico. Pois não é admissível que eles não saibam onde começam e onde terminam seus corpos, confundindo-se com a própria natureza. No meu entender, todas as investigações levadas a efeito nesse terreno são etnocêntricas, perigosas e epistemologicamente equivocadas, para dizer o mínimo. No fundo, o que propiciam é simplesmente um instrumento cada vez mais convincente de dominação cada vez mais absoluta pelo argumento da superioridade cognitiva de um tipo de pensamento tido como mais elevado e científico.

Bibliografia

- BLOOMFIELD, Leonard. Literate and illiterate speech. *American Speech*, 10, p. 432-9, 1927.
- BRUNER, J. S.; OLVER, R.; GREENFELD, P. et al. *Studies in cognitive growth*. New York: John Wiley & Sons, 1967.
- CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David W.; SCHLIEMANN, Ana Lúcia. Na vida dez, na escola zero: contextos culturais de aprendizagem da matemática. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 42, p. 79-86, 1982.
- GOODY, Jack. *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Presença, 1988.
- _____; WATT, Ian. Las consecuencias de la cultura escrita. In: GOODY, J. (Ed.) *Cultura escrita en sociedades tradicionales*. Barcelona: Gedisa, 1996. p. 39-82.
- GRAFF, Harvey J. *The legacies of literacy. Continuities and contradictions in western culture and society*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 1987.
- HARRIS, Roy. *Signs of writing*. London, New York: Routledge, 1995.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Ed. Nacional, Edusp, 1970.
- MORRISON, Ken. Estabelecendo o texto: a institucionalização do conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas de argumentação. In: BOTTÉRO, J. et al. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995. p. 141-200.
- OLSON, David. *O mundo no papel*. São Paulo: Ática, 1998.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. São Paulo: Papyrus, 1998.

- _____. Writing is a technology that restructures thought. In: DOWNING, P.; LIMA, S. D.; NOONAN, M. (Ed.) *The linguistics of literacy*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1992. p. 293-319.
- PRICE-WILLIAMS, D. R. A. A study concerning concepts of conservation of quantities among primitive children. *Acta Psychologica*, 18, p. 297-305, 1961.
- STREET, Brian. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: University Press, 1984.
- SCRIBNER, Sylvia. The cognitive consequences of literacy. In: _____. *Mind and social practice. Selected writings of Sylvia Scribner*. Ed. E. Tobach, R. J. Falmagne et al. Cambridge: University Press, 1997. p. 160-89.
- VAN DIJK, Teun. *Ideology. A multidisciplinary study*. London: Sage, 1998.
- VIGOTSKY, Leon S. *Denken und Sprechen*. Berlin: Fischer Verlag, 1974.

Abstract: *Taking writing as a way of representing the enunciation of the language but not a simple representation of the speech, this analysis discusses the polemic thesis of the cognitive effects of the introduction of writing as a social practice. It is considered if writing is, together with speech, a form of knowledge transmission or a source of knowledge production. To what extent can we accept that reading has changed after the birth of writing, specially verbal writing and its alphabetical form? What do we say about these assertions: "writing has restructured thought and introduced new ways of thinking"? What do we think about thesis like "people without writing and people with writing have a diverse relationship with their own history"? Is it true that the control of the written language allows us to develop brand new mental activities in the usage of the language? Do individuals with none or with a low level of literacy see the world in a different way than individuals that dominate writing with a high degree of proficiency? On the other side, to what extent speech offers forms of the world's discursive appropriation that writing ignores or suffocates? It is a delicate question and maybe a pseudo-problem, as long as we consider speech and writing as complimentary forms of the social usage of language e world's appropriation.*

Keywords: *writing; orality; reading; literacy.*

JOÃO CABRAL DE MELO NETO: UMA POÉTICA DO RIGOR*

Luis de Matos**

Nunca será fácil escrever, falar ou discutir sobre os grandes artistas. Ainda bem que eles inventaram suas próprias obras. Um Niemeyer vive em suas formas, no concreto preciso e nos volumes sensuais que lembram a singular beleza da mulher brasileira. Milton Nascimento está em sua voz. Precisamos fazer a experiência de uma obra. Não existe outro caminho. E por falar nesses grandes, que não são apenas nomes, mas a matéria encarnada numa cultura, gostaria de lembrar a perda do engenheiro-poeta, pois dos engenhos pernambucanos verteu poesia, chamado João Cabral de Melo Neto. Quase três meses e uma certa orfandade poética ainda nos assola. Quando morre um Tom Jobim o Brasil chora, mas o Rio de Janeiro chora, soluça e atinge uma cor em sua tristeza que nenhum outro estado se lhe compara. Quando se despede de nós um João Cabral, de norte a sul, de leste a oeste, vive-se a perda irreparável de um canto único, diamante podado que se quis lâmina. Maior é a dor de um Nordeste que tem gerado uma plêiade de artistas universais – Jorge Amado, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, e muitos outros. Mas acredito que a dor maior de todas, absolutamente sozinha em seu sofrer, seja a dos pernambucanos. Vale lembrar provocativamente, como só ele quis ser ao longo de sua vida, suas palavras tão certeiras, como faca de gume prateado, que afirmavam o quanto ele se sentia poeta pernambucano e quase nada brasileiro. Mas não confundamos essa idéia. João Cabral nunca foi um "regionalista". Muito pelo contrário, desde cedo, em seu primeiro livro, *Pedra do sono*, verificamos uma

* O texto foi apresentado em forma de palestra na Semana de Letras da Universidade Tiradentes – SE. Logo, o uso de uma linguagem um pouco mais coloquial torna-se visível já em suas primeiras linhas.

** Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Literatura Brasileira e Teoria Literária da Universidade Tiradentes (Unit).